

Centro de Estudos de Economia e de Gestão
Boletim Informativo nº 1

**Evolução do Bem-estar e do Custo da Cesta Básica em
Moçambique (2000 a 2020)**

Constantino Pedro Marrengula

Firmino Guiliche

Fausto Mafambissa

Outubro de 2021

Resumo

Tomando como referência o período 2000-2020, este trabalho apresenta a evolução do custo da cesta básica em Moçambique e discute como esta se relaciona com a inflação, o salário mínimo, e indicadores selecionados de segurança alimentar e bem-estar. O custo da cesta básica variou de 3.853,00 Mt em 2000 a 24.026,00 Mt em 2021. O crescimento reportado do custo da cesta básica acentua-se em 2016, na sequência da degradação das condições macroeconómicas ao nível interno, incluindo a queda dos preços das matérias-primas, comercializadas por Moçambique no mercado internacional. Em resultado disso, o índice de termos de troca reduziu de cerca de 95,74 em 2012 para 89,67 em 2015. Durante o mesmo período, o volume do investimento directo estrangeiro cai para um pouco mais que a metade do valor mais alto atingido em 2013. A descoberta das dívidas não declaradas e o subsequente congelamento do programa de apoio ao Orçamento do Estado reforçou os impactos negativos destes dois eventos, dadas as políticas fiscais e monetárias expansivas seguidas no período 2009-2015.

O valor da cesta básica passou de 14.460,00 Mt em 2015 para 21.795,00 Mts em 2017. Este crescimento a preços correntes, de cerca de 50,0%, constitui o maior aumento do custo da cesta básica em duas décadas. Os ajustamentos do salário mínimo que se seguiram foram insuficientes para repor a capacidade aquisitiva que as famílias detinham entre 2010-2014. Não é, por isso, surpreendente que 78,4% da população inquirida durante Inquérito aos Orçamentos Familiares (IOF) de 2019/2020, tenha reportado ter tido preocupação com a possibilidade de não ter comida por falta de dinheiro durante os 12 meses que antecederam ao período das entrevistas. Setenta por cento dos entrevistados para o mesmo inquérito informou ter sacrificado alguma refeição, por falta de dinheiro e outros meios, no mesmo período, enquanto 28% da população entrevistada disse ter, pelo menos, passado um dia inteiro sem refeição, devido à mesma causa. Maputo cidade, de longe a mais economicamente avançada do país, apresenta uma percentagem de cerca 22,0% de agregados que ficaram, pelo menos, um dia sem refeições.

Sumário

Resumo	ii
1.0 Introdução.....	1
2.0 Contexto Macroeconómico	2
3.0 Evolução de Indicadores Seleccionados de Bem-Estar em Moçambique	7
4.0 Índice de Preços ao Consumidor: Composição do Cabaz e a Problemática da Desigualdade no Consumo	11
5.0 Evolução do valor da cesta Básica	15
6. O Valor da Cesta Básica, Inflação e o Salário Mínimo.....	19
7. Conclusões	25
Referências.....	27

Tabela 1: Comparação das Despesas Mensais Per Capita, Segundo Províncias (em Meticais a preços constantes) 2014/2015-2019/20	10
Tabela 2: Estrutura de Ponderação do IPC de Moçambique (1998-2019)	12
Tabela 3: Evolução do Coeficiente de Gini 1997-2014	13
Tabela 4: Custo da Cesta Básica para um Agregado Familiar de 5 membros, Meticais	19

Figura 1: Evolução da taxa de Crescimento do PIB per Capita, do Défice do Orçamento do Estado e da Assistência Líquida ao Desenvolvimento(1990-2019)	2
Figura 2: Evolução da Balança de Transações Correntes como percentagem do PIB, da Taxa de Câmbio Nominal (MT/USD)	3
Figura 3: Evolução dos Termos de Troca(2012-2018).....	4
Figura 4: Evolução de Indicadores Seleccionados do Sector Monetário e Fiscal	5
Figura 5: Taxa de Incidência da Pobreza (PPP 1.9USD/dia)	7
Figura 6: Taxa de Incidência da Pobreza no Consumo (1996-2014).....	8
Figura 7: Evolução do PIB per capita e da taxa Média de Inflação (2000-2020)	9
Figura 8: Concentração das Despesas pela População, Moçambique 2019/2020	14
Figura 9: Custo médio ano da Cesta Básica para um Agregado Familiar de 5 membros, Meticais (2000-2020).....	15
Figura 10: Evolução da Taxa de Inflação e da Taxa de Crescimento do Valor da Cesta Básica	17
Figura 11: Variação do Valor da Cesta Básica.....	18
Figura 12: Inflação, Taxa de Crescimento do Salário Mínimo Real (2000 - 2019)	20
Figura 13: Evolução do Diferença entre as Taxas de Crescimento do Salário Mínimo Nominal e do Custo da Cesta Básica (2000-2019)	21
Figura 14: Taxa de variação mensal de Produtos Seleccionados do Cesta Básica.....	22

1.0 Introdução

As possibilidades de consumo das famílias dependem do seu rendimento e dos preços de bens e serviços disponíveis no mercado. Teoricamente, quanto maior o rendimento e menor o preço destes bens e serviços, maior é o conjunto de bens e serviços acessíveis para a compra e consumo pelas famílias. É, em parte, por causa desta relação virtuosa entre as possibilidades de consumo, os rendimentos altos e/ou preços baixos, que os Governos colocam a expansão do rendimento disponível das famílias e o controlo da evolução do nível geral de preços no centro das prioridades da sua acção governativa.

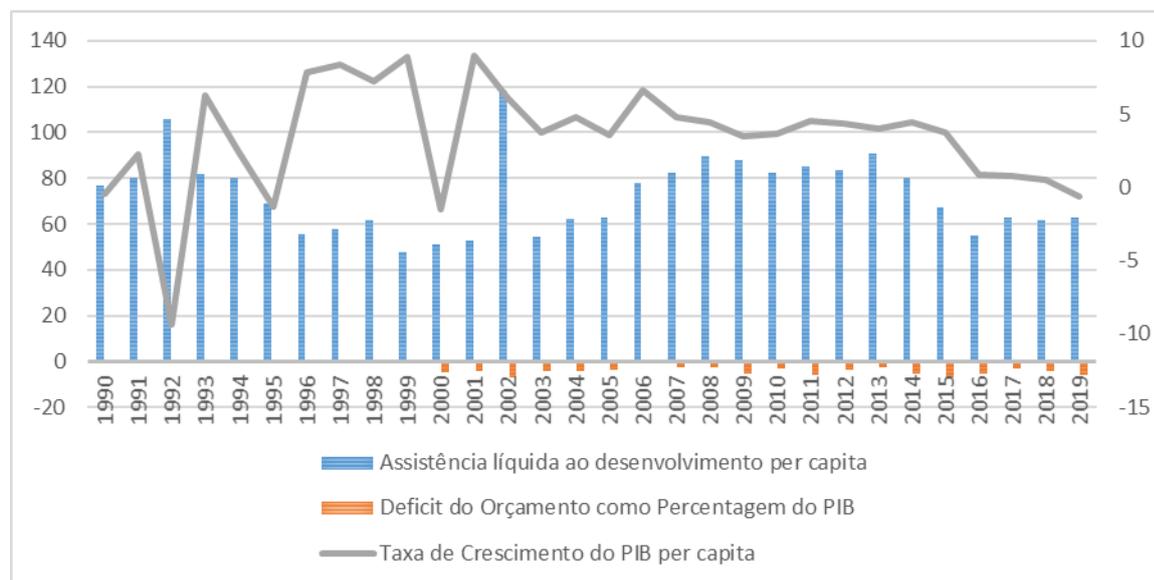
A subida do nível geral de preços, em particular, prejudica os titulares de rendimentos fixos, trabalhadores assalariados, podendo comprometer o acesso ao mínimo necessário para levar uma vida decente, segundo os padrões da sociedade. Para a economia, como um todo, preços com tendência de crescimento persistente distorcem o sistema de incentivos prevalecente, favorecem negócios com retornos rápido como a compra e venda imediata, prejudicando projectos de investimento de longo prazo e gerando transferências indesejadas do excedente do consumidor dos grupos sociais de rendimentos fixos e baixos para os que se encontram no topo da pirâmide de rendimentos.

Tomando como referência o período 2000-2020, este trabalho apresenta a evolução do custo da cesta básica em Moçambique e discute como esta se relaciona com a inflação, o salário mínimo e indicadores seleccionados de bem-estar. O trabalho tem cinco secções: depois da introdução, a segunda secção descreve o contexto macroeconómico; a seguir, apresenta-se a evolução de indicadores seleccionados de bem-estar; a secção seguinte resume a evolução da inflação e da cesta básica; por fim, apresentam-se as conclusões do trabalho.

2.0 Contexto Macroeconómico

Há mais de trinta anos que a economia de Moçambique convive com um padrão de crescimento intimamente associado às dinâmicas da poupança externa que alimenta o défice do orçamento do Estado, da conta corrente e do investimento privado. Desde então, tem sido a dinâmica desta poupança que condiciona o comportamento de variáveis macroeconómicas como o PIB, o rendimento disponível das famílias, a taxa de câmbio e o nível geral de preços. Quando no início dos anos 90, assinaram-se os acordos de paz e realizaram-se as primeiras eleições multipartidárias, a economia acelerou o processo de liberalização e privatizações, sustentada por uma entrada significativa de fundos de assistência ao desenvolvimento. Entre 1990 e 2019, o fluxo *per capita* dos fundos de assistência ao desenvolvimento foi de 72.916 dólares americanos, mais de cinco vezes que a média de fundos líquidos *per capita* de assistência ao desenvolvimento, recebido nos primeiros dez anos da independência.

Figura 1: Evolução da taxa de Crescimento do PIB per Capita, do Déficit do Orçamento do Estado e da Assistência Líquida ao Desenvolvimento(1990-2019)



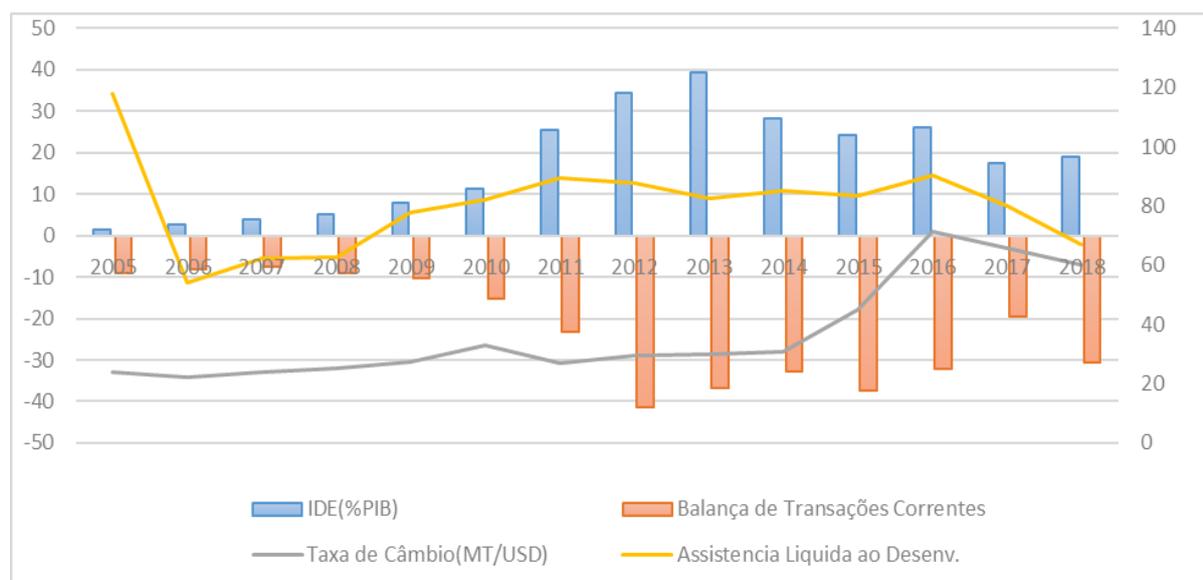
Fonte: Banco Mundial, 2021, Nota: Eixo vertical a esquerda apresenta os valores da taxa de crescimento do PIB per capita e da assistência líquida per capita ao desenvolvimento. O Eixo vertical a direita reporta os dados do déficit do orçamento como percentagem do PIB

Com a abertura da economia e o incremento dos fundos de assistência ao desenvolvimento, expande-se o volume de investimento privado estrangeiro, inicialmente para as áreas da economia em processo de privatização, dentre elas, os sectores industriais e financeiro. Entre 1990-1997, o Governo privatizou 840 empresas, adquiridas, maioritariamente, por capitais

externos, dado o estado incipiente do empresariado nacional (Massingue, 2008). Nos anos seguintes, o crescimento da assistência ao desenvolvimento associou-se ao aumento do investimento directo estrangeiro (IDE), particularmente destinado ao sector mineiro e de recursos naturais. O IDE atinge o valor mais alto de 6.175 milhões de USD, em 2013. Excluindo o ano de 2002, este valor do IDE coincide com o pico da assistência líquida ao desenvolvimento dos últimos vinte anos (Figura 1).

O aumento da disponibilidade de recursos de assistência ao desenvolvimento e do IDE teve implicações sobre o comportamento de variáveis intermédias da política macroeconómica, com destaque para a taxa de câmbio e o saldo das contas públicas. A taxa de câmbio nominal do Metical em relação ao dólar manteve-se estável em volta de 27.25 Meticais/USD, no período 2005-2014. Durante este período, o peso do investimento directo estrangeiro no PIB, o valor *per capita* da assistência líquida ao desenvolvimento e o défice da balança de transações correntes eram de 16,0%, 80,3 USD e 19,0%, respectivamente. No período 2015-2018, assiste-se ao aumento do peso do IDE no PIB e do défice da balança de transações correntes que passam para 21,7% e 29,9%, respectivamente. O aumento do valor médio do défice da balança de transações, num contexto de queda do índice de termos de troca de Moçambique e do volume dos recursos externos recebidos reflectiu-se na depreciação da taxa de câmbio em 45,0%, entre 2014 e 2015. Nos dois anos seguintes, a taxa de câmbio mais do que duplicou o seu valor de 2014 (Figura 2).

Figura 2: Evolução da Balança de Transações Correntes como percentagem do PIB, da Taxa de Câmbio Nominal (MT/USD)

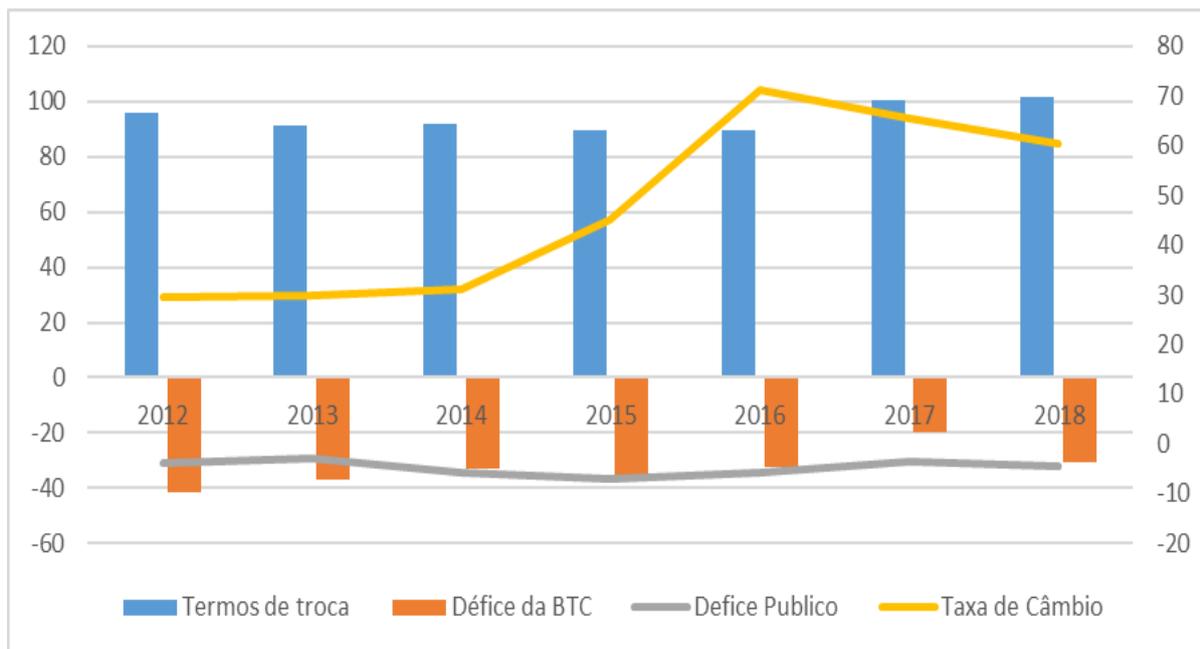


Fonte: Banco Mundial, 2020, INE, 2015.

Nota: O eixo vertical a esquerda reporta a evolução do IDE como percentagem do PIB e da balança de transações correntes. No eixo vertical a direita, tem-se a evolução da taxa de câmbio MT/USD e da Assistencia líquida ao desenvolvimento.

A figura 3 relaciona a taxa de câmbio nominal, os termos de troca de Moçambique, o défice público e da balança de transações correntes. Os termos de troca atingem o seu valor mais baixo de 89,67 em 2015, mantendo-se próximo deste valor no ano seguinte. Ao mesmo tempo, o défice do orçamento do Estado e da balança de transações correntes atingem os valores de 7,1% e 37,4%, os mais altos do período 2013-2018. Isto quer dizer que enquanto a capacidade de importação caía para os seus valores mais baixos do período, com a queda dos termos de troca, a procura agregada aumentava via expansão do défice público e do relaxamento da política monetária, seguida pelo Banco Central, particularmente a partir de 2010.

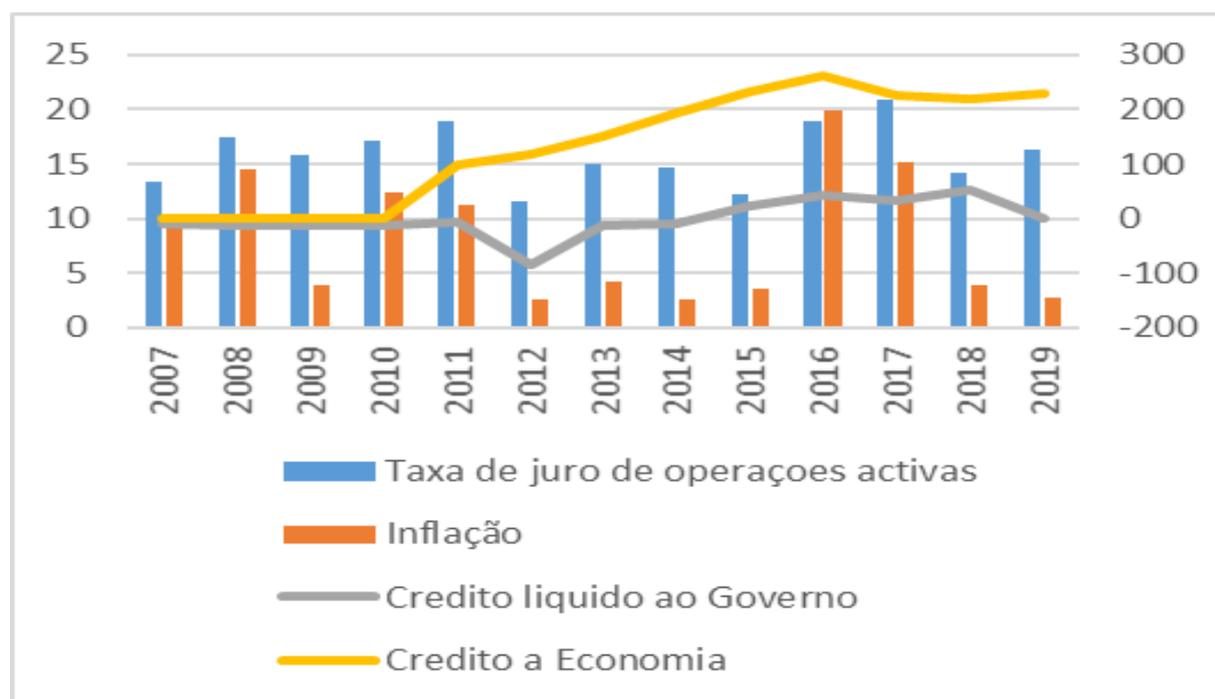
Figura 3: Evolucao dos Termos de Troca(2012-2018)



Fonte: Banco Mundial, 2020, The Global Economy.Com. Nota: Valores da taxa de cambio em unidades monetarias. O eixo vertical a esquerda reporta os dados dos termos de troca da taxa de cambio MT/USD. O Eixo vertical a direita apresenta os valores do défice público e da balança de transações correntes.

O crédito líquido ao Governo e o crédito à economia aumentam ao ritmo da queda das taxas de juro até ao ano de 2016, reflectindo a postura expansionista das autoridades monetárias e fiscais. Para corrigir o desequilíbrio resultante desta postura, a taxa de câmbio aumentou e com ela a taxa de inflação, superando, pela primeira vez em nove anos, a taxa de juro mínima de operações activas para créditos com maturidade de um ano

Figura 4: Evolução de Indicadores Seleccionados do Sector Monetário e Fiscal



Fonte: Banco de Moçambique (vários anos). Nota: O eixo vertical a esquerda reporta os valores do crédito a Economia, taxas de juro de operações activas e da inflação. O Eixo vertical a direita reporta os valores do crédito líquido ao Governo

A partir do segundo semestre de 2015 e 2016, a autoridade monetária entra em processo de reversão da sua postura de política monetária, com agravamentos das taxas directoras, do rácio de reservas obrigatórias e da taxa de juro da política monetária, também denominada por taxa MIMO. No seu comunicado de Abril de 2016, o comité de política monetária decide aumentar a taxa de juro da facilidade permanente de cedência em duzentos pontos base para 12,75% e a facilidade permanente de depósitos em 150 pontos base passando para 5,75%. O regime de constituição de reservas alterou-se, passando-se a aplicar taxas distintas para depósitos em moeda estrangeira e em moeda nacional. A taxa de reservas obrigatórias em moeda estrangeira passou para 15,0% (Gov. de Mocambique, 2020). Neste contexto, a autoridade monetária anuncia que pretende tornar positiva a taxa de retorno dos activos, detidos pelo sistema financeiro.

Como consequência da mudança na postura da política monetária, em 2017, o crédito à economia baixa num ambiente de melhorias dos termos de troca, associada à redução do défice do orçamento do Estado e da balança de transações correntes. A taxa de câmbio reduz de 71,2 Meticais por unidade de dólar americano em 2016 para 60,3 Meticais por unidade de dólar em 2018. Por seu turno, a inflação seguiu a mesma trajetória da taxa de câmbio, caindo de 19,9% em 2016 para 3,9% em 2018 (Figura 4).

No período 2017-2020, face a prevalência de taxas de juro reais positivas no mercado financeiro e baixa inflação, assiste-se ao relaxamento da política monetária. A taxa MIMO passou de 19,5% em Janeiro de 2018 para 14,25% em Dezembro de 2018 e 12,75% em Agosto do ano de 2019. Tendo em vista preservar as reservas internacionais líquidas e a taxa de câmbio, em face do abrandamento da economia mundial e do fortalecimento do dólar, a autoridade monetária agravou o coeficiente de Reservas Obrigatórias (RO) para passivos em moeda estrangeira em 900 pb, para 36,0%, com efeito a partir de 07 de Março de 2019. Esta decisão, foi ainda reforçada com a introdução de novas regras para a abertura e movimentação de contas em moeda estrangeira, de acordo com o Aviso n.º 10/GBM/19, de 20 de Dezembro (Gov. de Moçambique, 2020).

A prevalência da pandemia da Covid-19 em 2020 trouxe riscos e oportunidades ao ambiente macroeconómico e para a evolução do custo de vida. Como economia pequena, aberta e tomadora dos preços internacionais, a queda da procura mundial prejudicou as suas exportações, fazendo ressurgir os riscos de pressões sobre a taxa de câmbio e a inflação, mas também reduziu a factura de importações de bens com peso significativo na balança comercial, nomeadamente, petróleo, trigo, arroz.

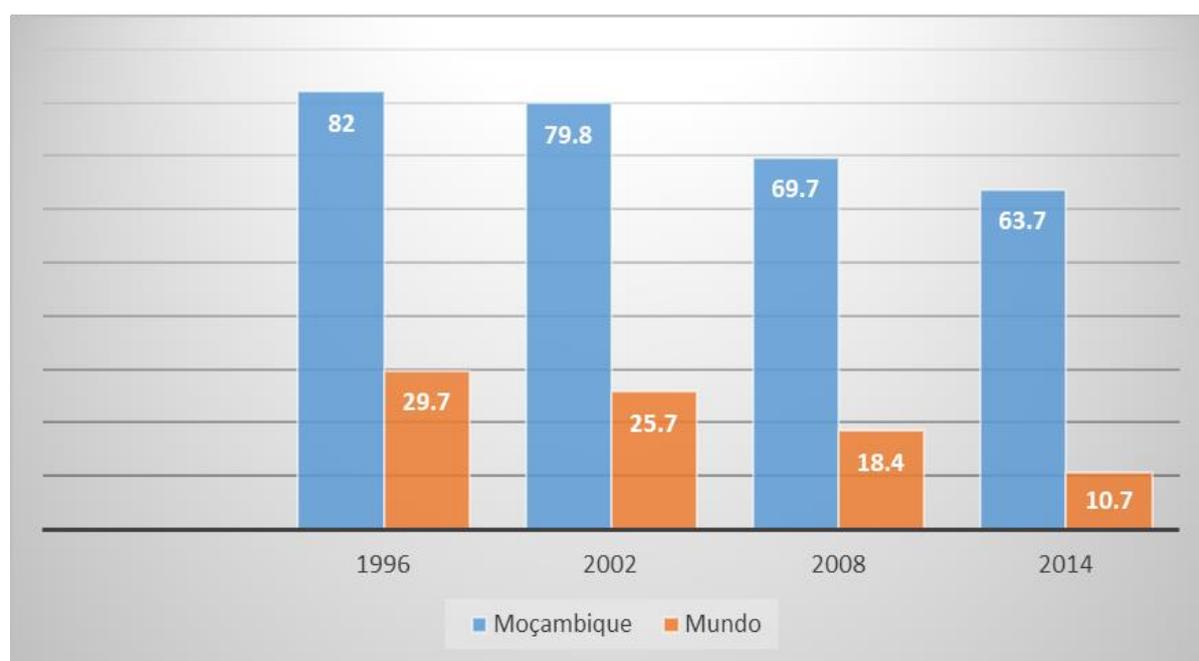
3.0 Evolução de Indicadores Seleccionados de Bem-Estar em Moçambique

Esta secção apresenta a evolução de indicadores seleccionados de bem-estar, nomeadamente o PIB *per capita*, o índice de incidência da pobreza, a despesa mensal per capita.

Com a conquista da paz e a abertura política e económica que seguiu às primeiras eleições multipartidárias, o Governo criou condições para que o PIB *per capita* entrasse num ciclo virtuoso de 15 anos de crescimento (com taxas acima de 4,0%), o que se reflectiu na redução da incidência da pobreza no país. Conforme se pode depreender da figura 5, abaixo, Moçambique acompanhou a tendência geral da redução da pobreza mundial, embora os níveis da pobreza absoluta se mantenham elevados, fazendo do país, um dos mais pobres do mundo.

Considerando a paridade do poder de compra de 2011 e uma linha de pobreza de USD 1,9 por dia, a taxa de incidência da pobreza absoluta ao nível mundial reduziu de 29,7% em 1996 para 10,7% em 2014. A taxa de incidência da pobreza nacional também caiu, mas de forma menos acentuada, comparativamente ao comportamento da taxa de incidência da pobreza mundial. Enquanto a incidência da pobreza mundial caiu em mais da metade entre 1996 e 2014, a taxa de incidência da pobreza nacional reduziu de 82,0% para 63,7%.

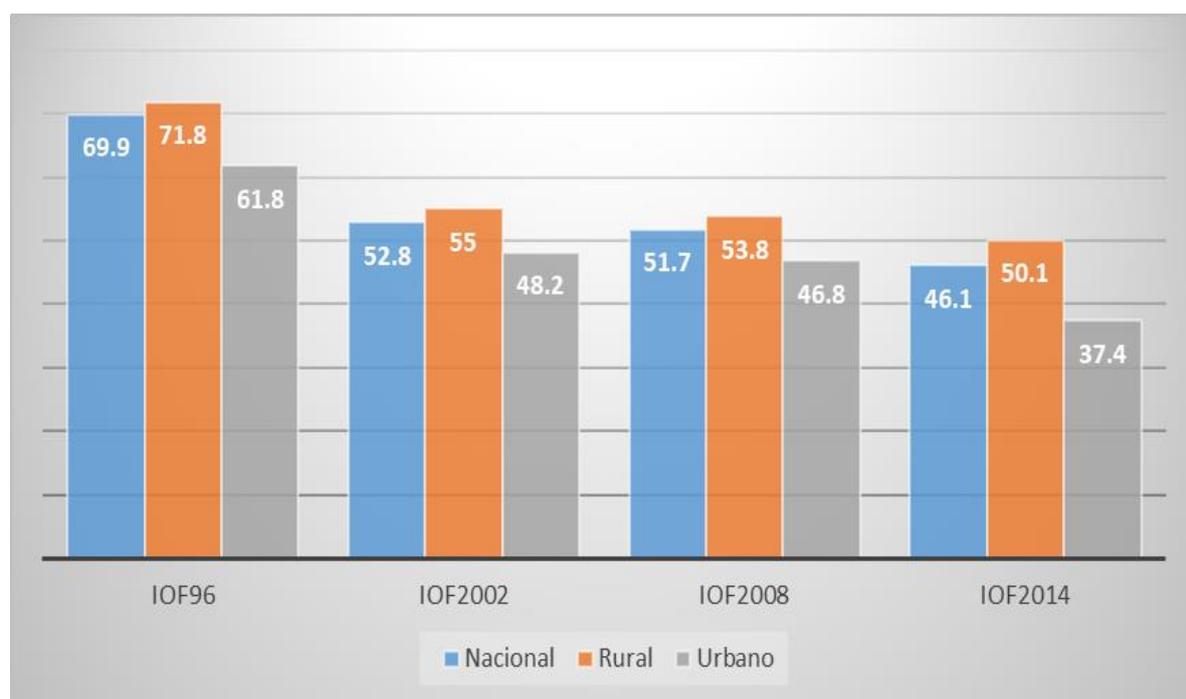
Figura 5: Taxa de Incidência da Pobreza (PPP 1.9USD/dia)



Fonte: Banco Mundial, 201

Os dados dos inquéritos aos agregados familiares realizados entre 1996 e 2014 confirmam as estimativas gerais do Banco Mundial. Pelo facto de fazerem recurso a linhas de pobreza mais baixas, a taxa de incidência da pobreza no consumo é também mais baixa e com tendência decrescente entre 1996 e 2014. A pobreza é maior no meio rural, menos exposto a flutuações de preços e menor no meio urbano.

Figura 6: Taxa de Incidência da Pobreza no Consumo (1996-2014)

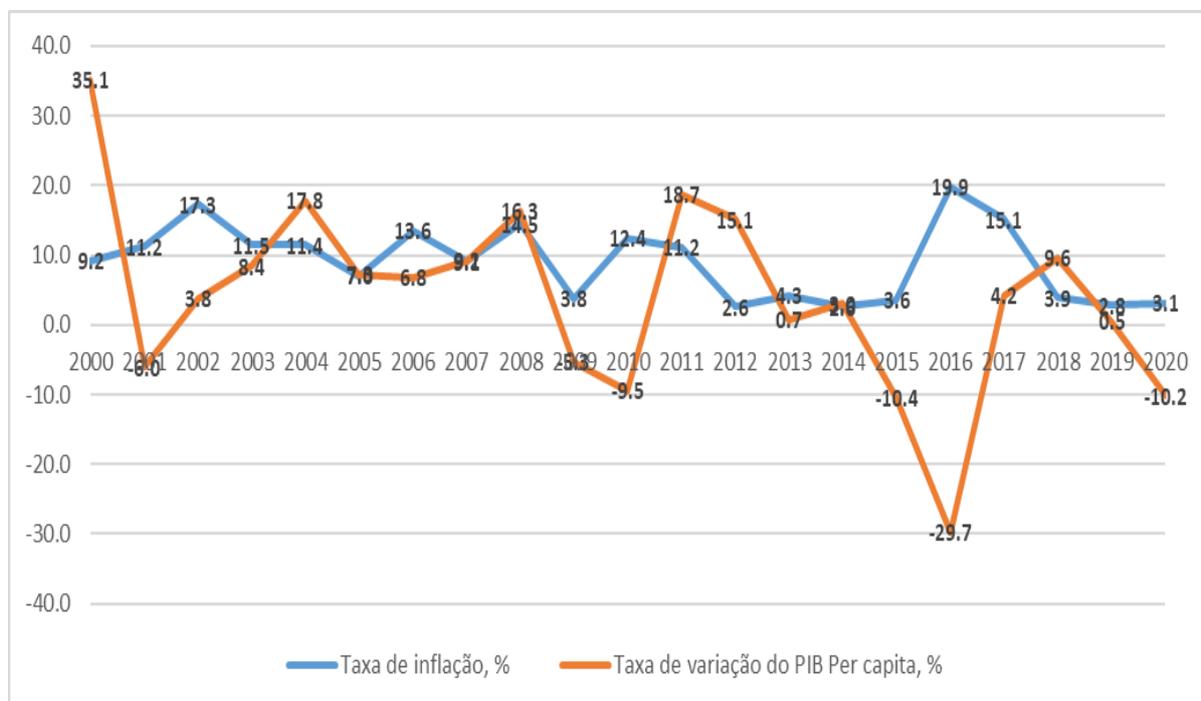


Fonte: MEF, 2018

Não existem dados oficiais sobre a taxa de incidência da pobreza absoluta decorrente do período 2015-2020. Mas de acordo com Mambo et al, 2018, a taxa de incidência da pobreza estimada em 45,0% em 2014 pode ter passado para 55,0% em 2018, em resultado da subida drástica dos preços de bens e serviços, verificada entre 2016-2017. A figura 7, abaixo, faz o cruzamento da taxa de crescimento do PIB *per capita* e da taxa de inflação média anual entre 2005 e 2019. Dela depreende-se que do ponto de vista de promoção de bem-estar das famílias, o realinhamento entre a inflação e a taxa de crescimento do PIB *per capita* constitui o principal desafio de política macroeconómica. Mesmo nos melhores momentos da economia, os ganhos de políticas macroeconómicas favoráveis para o crescimento dos rendimentos das famílias são largamente, corroídos pela inflação. Entre 2011 e 2013, em média, as famílias realizaram ganhos reais de rendimentos. A taxa de crescimento do PIB *per capita* superou a taxa média de inflação. A subida acentuada da inflação entre 2015-2016 foi

suficiente para eliminar os ganhos do período anterior e repor a tendência geral de perdas reais do rendimento *per capita*.

Figura 7: Evolução do PIB per capita e da taxa Média de Inflação (2000-2020)



Fonte: INE (Vários anos)

A evolução dos indicadores que constam da figura 7 no período 2014-2020, coincidiu com a redução das despesas mensais per-capita a preços constantes, segundo o relatório do IOF de 2019/2020. Entre 2014/15 e 2019/20, a média nacional das despesas mensais *per capita* a preços constantes reduziu em 16,8%, o que foi particularmente causado pela queda das despesas médias mensais do meio urbano. A redução das despesas mensais *per capita* das zonas urbanas foi de 23,8%, contra 12,9% das zonas rurais.

Desagregando por província, a redução da despesa mensal *per capita* foi mais acentuada em Gaza, 42,0%, seguindo-se as províncias de Cabo Delgado e Maputo cidade, com uma queda de 38,0%. A redução das despesas de consumo mensal situou-se em volta de 12,0% nas províncias de Inhambane, Maputo e Nampula, a segunda província mais populosa de Moçambique. Niassa e Tete tiveram as reduções mais baixas do consumo médio *per capita* (Tabela 1).

Tabela 1: Comparação das Despesas Mensais Per Capita, Segundo Províncias (em Meticais a preços constantes) 2014/2015-2019/20

Descrição	2014/2015	2019/2020	Variação (%)
Nacional	1.406	1.170	-16,8
Urbano	2.360	1.798	-23,8
Rural	956	833	-12,9
Niassa	1.094	1.096	0,1
Cabo Delgado	1.306	811	-37,9
Nampula	874	776	-11,2
Zambézia	809	781	-3,5
Tete	1.310	1.330	1,5
Manica	1.319	1.236	-6,3
Sofala	1.163	1.230	5,7
Inhambane	1.313	1.139	-13,3
Gaza	1.199	695	-42,0
Maputo Província	3.150	2.764	-12,2
Maputo Cidade	5.094	3.152	-38,1

Fonte: INE, 2021

4.0 Índice de Preços ao Consumidor: Composição do Cabaz e a Problemática da Desigualdade no Consumo

O índice de preços ao consumidor (IPC), na base do qual se estima a taxa de inflação, mede a evolução dos preços de um cabaz representativo de bens e serviços, com qualidade constante, consumidos pelas famílias em determinado território.

Na teoria da Política Económica, o IPC desempenha diversas funções, incluindo: (i) servir de base para a condução da política monetária; (ii) fonte relevante na indexação de contratos de fornecimentos, de trabalho, de prestações de segurança social e instrumentos financeiros. Ao nível das contas nacionais, o IPC tem utilidade como deflactor para derivar as variações no consumo doméstico e no nível de vida das famílias (INE, 2010).

A série do IPC em vigor usa os ponderadores que resultaram do IOF de 2014/2015. A sua base é o ano de 2016. Conforme se pode depreender da tabela 2 abaixo, o cabaz representativo tem um peso significativo de bens e serviços com procura, tendencialmente, inelástica em relação ao preço, nomeadamente, alimentação e bebidas não alcoólicas, habitação, água, electricidade, gás, outros combustíveis e transportes. Em média, a soma dos pesos destes bens e serviços no total da despesa representativa do consumo das famílias variou entre 75,0% em 1998 e 58,0% em 2014.

Tabela 2: Estrutura de Ponderação do IPC de Moçambique (1998-2019)

Descrição	Base de 98	Base de 04	Base de 10	Base de 16
Alimentação e bebidas não alcoólicas	62,40	55,46	44,48	33,92
Bebidas Alcoólicas, tabaco	1,06	2,21	1,32	1,21
Vestuário e Calçado	4,62	4,65	8,45	7,40
Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis	12,17	12,62	12,9	7,36
Mobiliário, artigos de decoração, equipamentos doméstico	4,79	5,30	6,37	7,59
Saúde	2,46	2,94	1,45	0,88
Transportes	2,83	7,92	11,67	17,06
Comunicações	1,80	1,72	3,37	7,36
Lazer, recreação e cultura	0,63	1,26	1,71	1,57
Restaurantes, hotéis, cafés e similares	0,34	1,96	1,37	8,40
Educação	0,63	1,26	1,71	2,38
Bens e serviços diversos	4,78	1,32	3,42	2,30

Fonte: INE, 2010, 2014

Reflectindo a queda da taxa de incidência da pobreza, nota-se uma redução da concentração das despesas do cabaz representativo em bens e serviços com procura rígida em relação ao preço, particularmente, em 2016. Por exemplo, o peso da alimentação e bebidas não alcoólicas no cabaz representativo cai de 62,40% em 1998 para 33,92% em 2016. Os gastos em vestuário e calçado aumentaram, com o seu peso passando de 4,62% em 1998 para 7,40% em 2016. No mesmo ano (2016), as despesas em comunicações, restaurantes, hotéis, cafés e similares ganharam maior relevância. Com um peso em média de 2,14% em 1998, as despesas em comunicações, restaurantes, hotéis, cafés e similares passaram para cerca de 16,00% em 2014.

A dispersão dos gastos no consumo ocorreu num contexto de aprofundamento das desigualdades de rendimento, conforme estimativas do coeficiente de Gini. Ao nível nacional este passou de 0,40 em 1997 para 0,47 em 2014. Nas áreas urbanas, o coeficiente de Gini subiu de 0,47 para 0,52, no mesmo período. Entre regiões, há mais desigualdades na região sul, comparativamente às regiões centro e norte. Em todas as regiões o coeficiente de Gini cresceu, mas o aumento mais acentuado ocorreu na região sul, passando de 0,43 em 1997

para 0,54 em 2014. De todas as províncias, a cidade de Maputo teve o maior aumento de desigualdades.

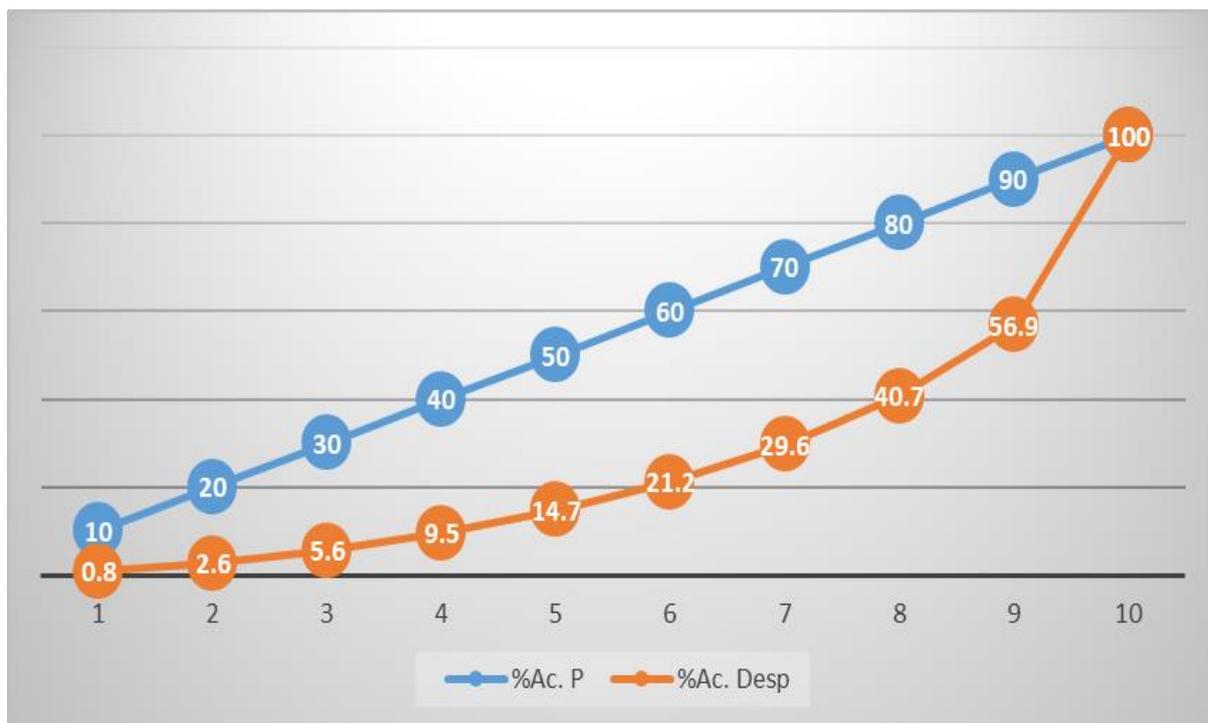
Tabela 3: Evolução do Coeficiente de Gini 1997-2014

Descrição	1997	2002	2008	2014
Nacional	0,40	0,42	0,42	0,47
Urbano	0,47	0,49	0,48	0,55
Rural	0,37	0,36	0,37	0,37
Norte	0,38	0,39	0,41	0,40
Centro	0,37	0,39	0,38	0,41
Sul	0,43	0,48	0,46	0,54
Niassa	0,35	0,37	0,44	0,38
Cabo Delgado	0,37	0,46	0,34	0,38
Nampula	0,39	0,36	0,42	0,42
Zambezia	0,32	0,35	0,37	0,41
Tete	0,34	0,39	0,33	0,36
Manica	0,41	0,39	0,35	0,39
Sofala	0,40	0,43	0,46	0,47
Inhambane	0,38	0,45	0,39	0,45
Gaza	0,38	0,41	0,43	0,45
Provincia de Maputo	0,42	0,43	0,39	0,47
Cidade de Maputo	0,45	0,52	0,51	0,58

Fonte: Estimativas dos Autores

Ao nível das despesas das famílias, a desigualdade de rendimentos traduziu-se numa crescente concentração do consumo nos segmentos mais altos de rendimento. Conforme se pode depreender da figura 8, abaixo, 50,0% da população absorve cerca de 14,7% das despesas totais. Os 10,0% da população mais pobre respondem por apenas 0,8% da despesa total, enquanto os 10,0% da população mais rica consomem cerca de 43,1% da despesa total. “O nível de despesa destas duas populações (despesa per capita mensal em cada decil) é de, respectivamente, 132,00 Mts *per capita* por mês, para os mais pobres e, 7.307,00 Mts *per capita* por mês, para os mais ricos” (INE, 2021a).

Figura 8: Concentração das Despesas pela População, Moçambique 2019/2020



Fonte: INE, 2021a

A concentração de rendimentos e da despesa nos escalões de rendimento alto associada a progressiva dispersão do cabaz usado no cálculo do IPC entre 1997 e 2014, torna este indicador menos informativo sobre a dinâmica das despesas das famílias que se encontram na base da estrutura de rendimentos.

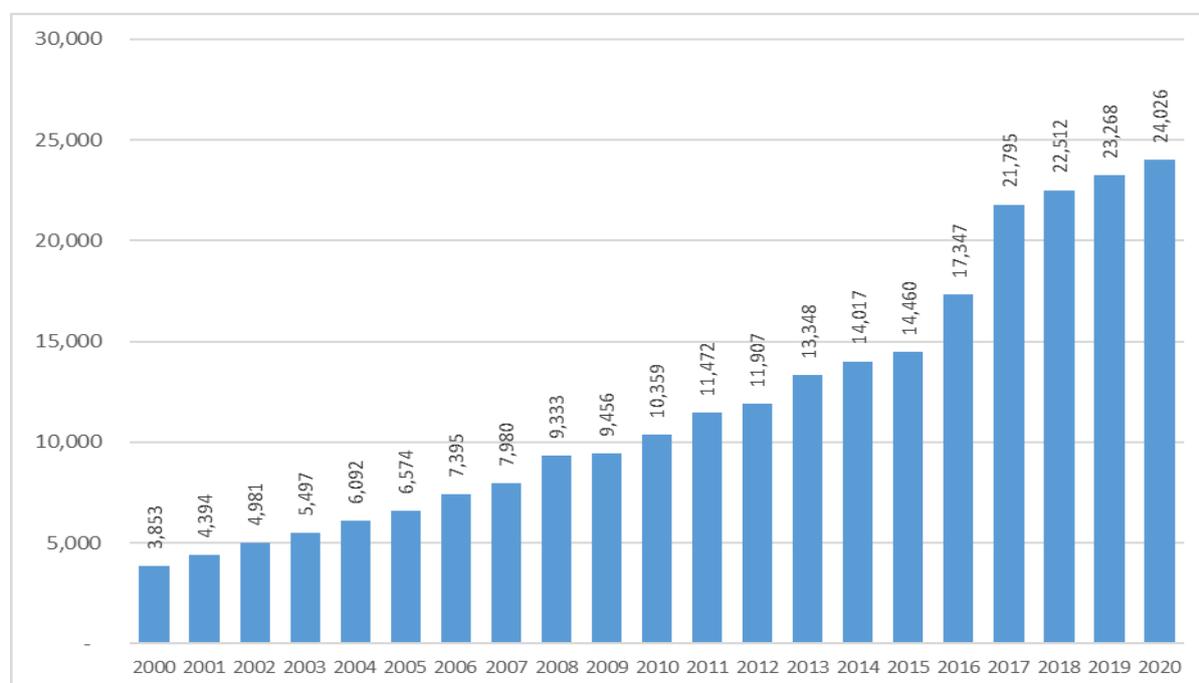
5.0 Evolução do valor da cesta Básica

Tendo em vista oferecer uma imagem da evolução do padrão de vida dos segmentos de rendimento baixo, nesta secção, apresenta-se a evolução da despesa da cesta básica. Para este fim, a cesta básica compreende os seguintes produtos¹: Arroz - 2,5 Kg, Farinha de Milho - 2,5 Kg, Pão - 8 Unidades, Carapau - 3 Kg, Óleo alimentar - 1,5 kg, Amendoim - 2,0 Kg, Feijão manteiga - 1,5 Kg, Vegetais e legumes - 5 Kg (Folhas de aboboeira, Folhas de mandioqueira, Folhas de feijão nhemba, Cacana, Couve, Tomate, Quiabo, Alho, Cebola, Batata-doce, Mandioca fresca), Açúcar - 1,5 Kg, Petróleo - 1,0 Lt, Carvão - 1 Saco, Sabão bingo – 1,0 Kg e Transporte semi-colectivo urbano de passageiros - 30 Viagens de ida volta.

Os preços médios considerados no cálculo do custo da Cesta Básica foram estimados a partir dos índices de preços por produto extraídos do Índice de Preços ao Consumidor do INE.

Para o cálculo da variação média ano, adoptou-se a média móvel de 12 meses. Este cálculo incorpora todos os valores do custo da Cesta Básica para todo o ano. A Taxa média de Dezembro de cada ano expressa a variação média de preços para o respectivo ano.

Figura 9: Custo médio ano da Cesta Básica para um Agregado Familiar de 5 membros, Meticais (2000-2020)



Fonte: Estimativas dos Autores

¹ Fonte: Lista de produtos fornecidos pela OTM-CS, sendo a base da estimativa do custo no âmbito das negociações do salário mínimo nacional

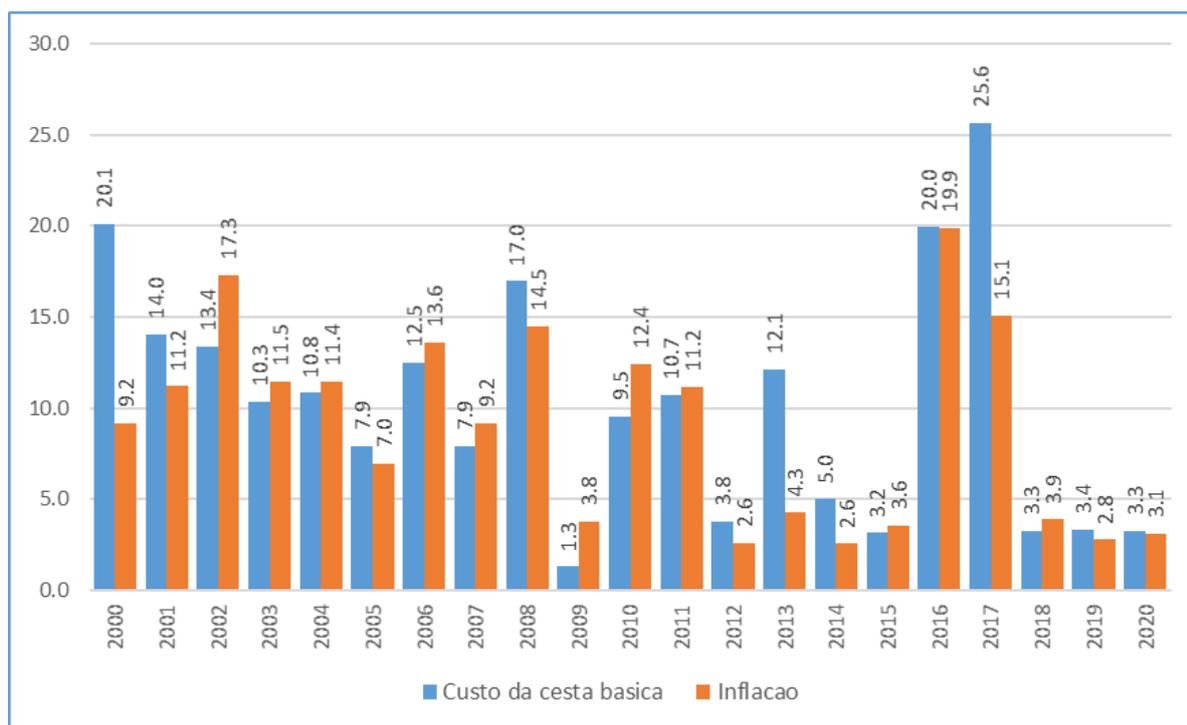
O valor da cesta básica passou de 3, 853 Meticais em 2000 para 24,026 Meticais em 2020. O crescimento reportado da cesta básica acentua-se em 2016, na sequência da degradação das condições macroeconómicas ao nível interno, incluindo a queda dos preços das matérias-primas, que reduziram o índice de termos de troca de cerca de 95,74 em 2012 para 89,67 em 2015. Durante o mesmo período, o volume do investimento directo estrangeiro cai para um pouco mais que a metade do valor nominal mais alto atingido em 2013. A descoberta das dívidas não declaradas e o subsequente congelamento do programa de apoio ao Orçamento do Estado reforçou os impactos negativos destes dois eventos, dada a crescente expansão do crédito à economia e ao Governo, ao longo do período 2010-2015. O valor da cesta básica passou de 14.460, 00 Mt em 2015 para 21.795,00 Mts em 2017. Este crescimento, de cerca de 50,0%, constitui o maior aumento do custo da cesta básica dos últimos 20 anos.

Em dez, dos últimos vinte anos, a taxa de crescimento do custo da cesta básica superou a taxa de crescimento da taxa média anual de inflação (Figura 10). As taxas de crescimento mais altas da cesta básica verificaram-se em momentos em que a economia se ressentiu de choques negativos associados à natureza, ou à evolução da economia mundial (2000, 2008, 2013, 2016 e 2017)². Mesmo em contexto de relativo controlo inflacionário, com taxas de inflação abaixo de 5,0% (p.ex 2014), o custo da cesta básica superou a inflação.

Tomados em conjunto, estes resultados revelam a extrema vulnerabilidade do bem-estar das famílias à flutuação de preços derivados de choques externos à economia. A redução substancial da taxa de inflação verificada em 2018, foi consequência da introdução entre 2016-2017 de medidas radicais de política monetária, incluindo, o aumento das taxas directoras então prevalecentes para níveis reais positivos e o agravamento das taxas de reservas obrigatórias em moeda nacional e estrangeira. Estas medidas tomadas pelo Banco Central, num ambiente de melhorias do índice de termos de troca e do fluxo líquido de assistência ao desenvolvimento permitiram a queda da taxa de inflação e da taxa de crescimento do valor da cesta básica. No caso de 2019 e 2020, o efeito da menor inflação no bem estar geral da população de rendimento baixo foi, no entanto, amortecido pelo crescimento relativamente mais alto do valor da cesta básica. Enquanto a taxa de inflação situou-se por volta de 2,9%, a taxa de crescimento do valor da cesta básica encontrava-se 3,4%.

² No ano 2000, o país teve as piores cheias dos últimos trinta anos na zona sul. Em 2008, vive-se a crise financeira internacional cujos efeitos persistiram nos anos sub-sequentes.

Figura 10: Evolução da Taxa de Inflação e da Taxa de Crescimento do Valor da Cesta Básica

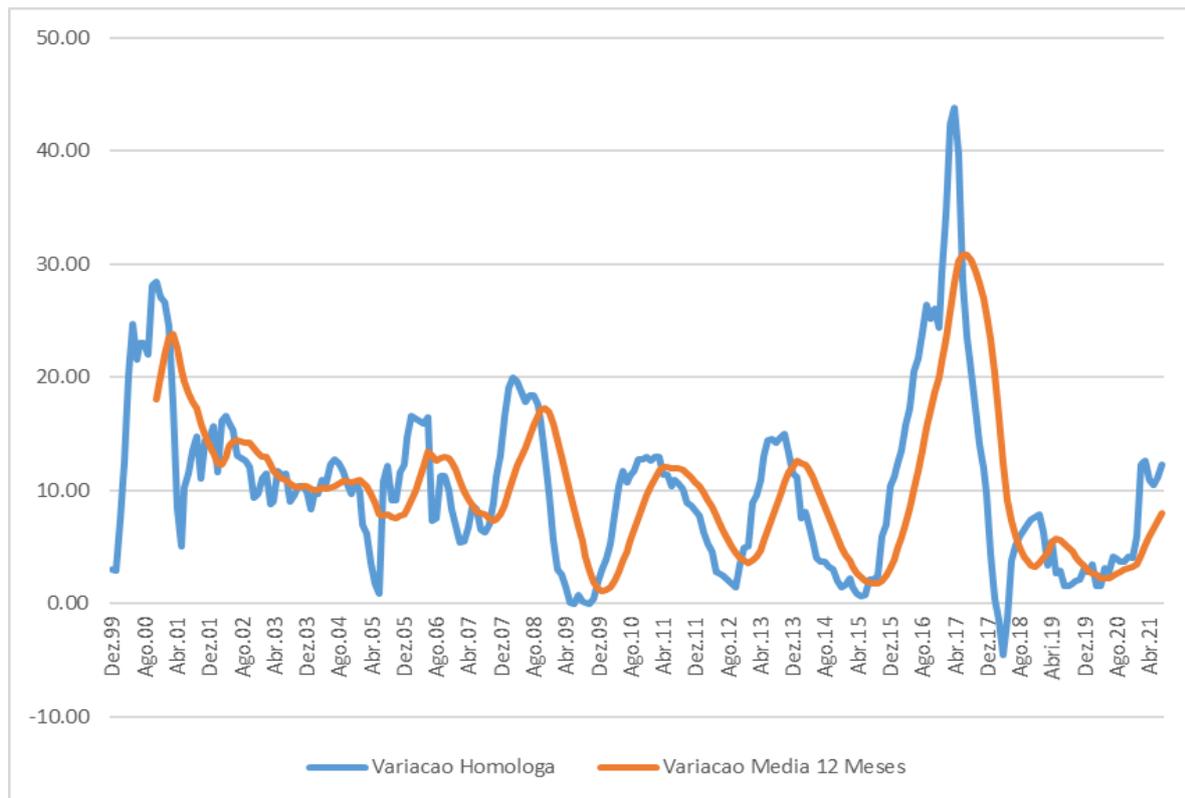


Fonte: Estimativas do Autor

A figura 11 que se segue compara a evolução média e homóloga do valor da cesta básica entre 1999 e Abril de 2021. Dela, destaca-se a severidade dos aumentos do custo da cesta básica nos momentos de pico da inflação, 2000, 2008, 2013, 2016-2017. A variação homóloga mais alta dos últimos 20 anos foi de mais de 40,0% em 2017. Em consequência das medidas de política monetária adoptadas nestes anos, a taxa homóloga de crescimento do valor da cesta básica cai para valores negativos, mas recupera o seu comportamento de longo prazo, a partir de 2018. Entre 2018 e Abril de 2021, a taxa de crescimento homóloga do valor da cesta básica aumenta em Agosto de 2018. Entre Agosto de 2020 e Abril de 2021, a taxa de crescimento homólogo do valor da cesta básica aumenta para níveis superiores a 10,0%.

Os sinais de aumento da taxa de crescimento do valor da cesta básica verificados entre 2019 e 2020 reflectem, essencialmente, o efeito do aumento dos preços dos alimentos, associado à remoção dos subsídios ao sector de utilidades públicas no meio urbano. Entre 2020 e Abril de 2021, os efeitos destes ajustamentos nos preços dos bens e serviços que compõem a cesta básica foram exarcebados pela emergência da pandemia da Covid-19 e subsequente restrição da circulação de pessoas e bens ao nível global.

Figura 11: Variação do Valor da Cesta Básica.



Fonte: Estimativas dos Autores

6. O Valor da Cesta Básica, Inflação e o Salário Mínimo

Esta secção resume a evolução do valor da cesta básica e do salário mínimo ao longo dos últimos vinte anos. Pretende-se nesta secção identificar as tendências de cobertura do custo da cesta básica pelo salário mínimo nacional. Na ausência de uma base alargada de indicadores de salários, considera-se que o salário mínimo reportado nos anuários estatísticos do INE oferece uma visão aproximada dos rendimentos em geral e da sua capacidade de cobrir as necessidades básicas.

De acordo com os dados da tabela 4, o salário mínimo entre 2000 e 2020 foi em média de 2.408,00 Meticais. Aumentou de 988,00 Mt no período 2000-2005 para 3.988,00 Meticais entre 2015 e 2020. O custo da cesta básica agravou-se numa média de 9,8% ao ano, enquanto o salário mínimo crescia a 10,8%, entre 2000 e 2020. O crescimento, a taxas maiores do salário mínimo em relação ao custo da cesta básica, melhorou marginalmente a taxa de cobertura do primeiro em relação ao segundo. O rácio do salário mínimo em relação ao custo da Cesta Básica foi no período em análise de 19,6% e teve uma tendência ascendente de 2000 a 2015, período marcado pela vigência, ao longo da sua segunda metade, de políticas fiscais e monetárias expansionistas. No período seguinte, 2015-2020, a redução do défice público e a mudança de postura da política monetária, que se seguiu a depreciação cambial de 2015-16, resultou na queda do rácio de cobertura do custo da cesta básica pelo salário mínimo, de 21,5% entre 2010-2015 para 18,3% (Tabela 4).

Tabela 4: Custo da Cesta Básica para um Agregado Familiar de 5 membros, Meticais

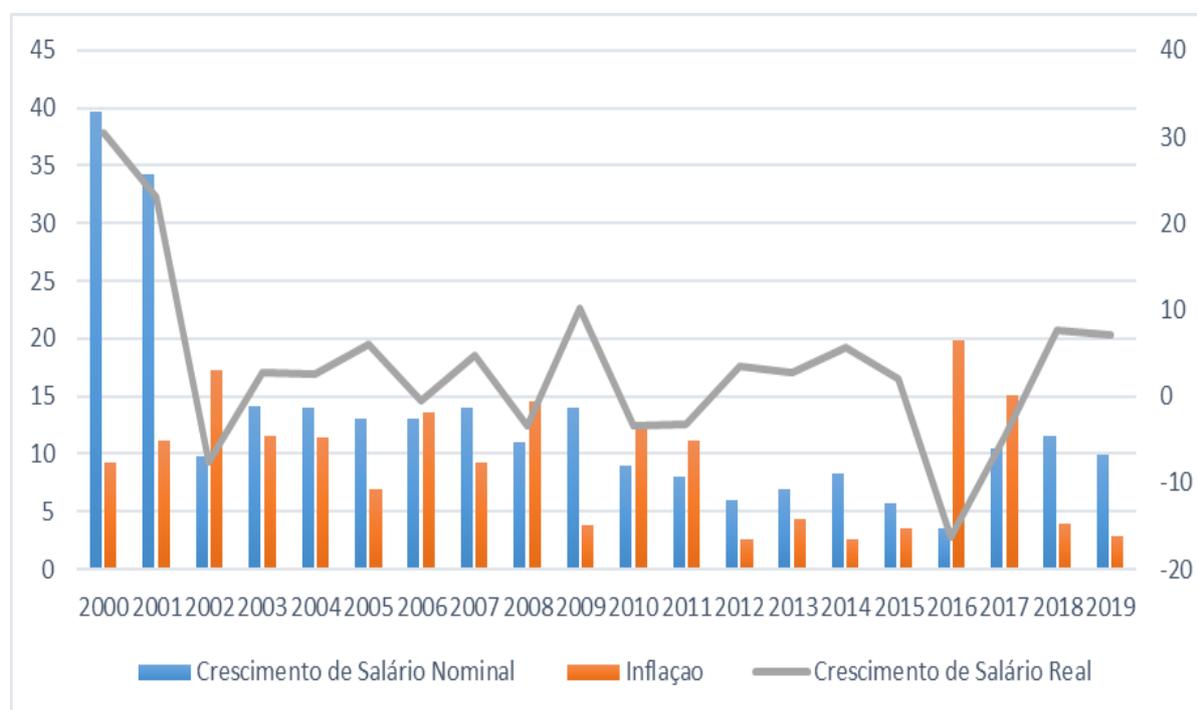
Descricao	2000-05	2005-10	2010-15	2015-20	Média
Custo da Cesta básica (Variação %)	11,3	9,6	7,0	11,1	9,8
Salário mínimo (Variação %)	16,8	12,2	7,0	7,1	10,8
Inflação	11,7	10,7	4,8	9,0	9,0
Salário mínimo	988	1,853	2,804	3,988	2,408
Custo médio mes AF, MT	5,507	8,905	13,041	21,789	12,311
Salário Mínimo/Custo médio mes AF, %	17,9	20,8	21,5	18,3	19,6
Custo médio mês AF, MT/Salário Mínimo, MT	5,6	4,8	4,7	5,5	5,1

Fonte: Estimativas do autort

O custo da cesta básica de 2000 a 2020 foi, em média³, 5,1 vezes mais que o salário mínimo, com a pior performance, do ponto de vista de bem-estar das famílias, no quinquénio 2000-2005. Melhorou entre 2005-2015, para depois degradar-se no período 2015-2020, que coincide com o período de maior controlo monetário, recuperação do índice de termos de troca, e baixa inflação.

Teoricamente, a cesta básica custa cinco vezes mais que o preço mínimo pago pelas empresas e organizações aos serviços prestados pelos seus colaboradores. Isto significa que numa família de cinco pessoas, a soma do salário dum casal que recebe o salário mínimo cobre menos de metade das suas necessidades básicas.

Figura 12: Inflação, Taxa de Crescimento do Salário Mínimo Real (2000 - 2019)



Fonte: Estimativas dos autores. Nota: O Eixo vertical a esquerda mostra a evolução da inflação, da taxa de crescimento do salário mínimo nominal. O eixo vertical a direita exibe os dados da taxa de crescimento do salário mínimo real

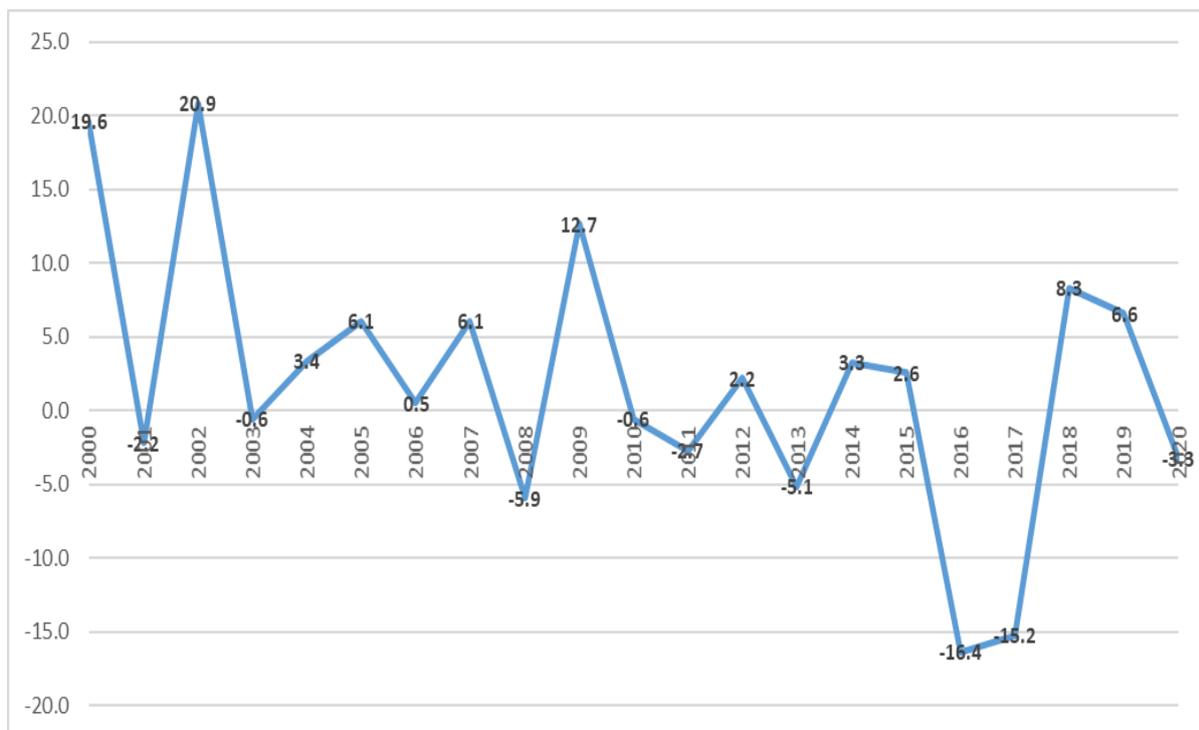
A taxa de crescimento do salário real caiu entre 2000-2019, assumindo valores negativos em 2002, 2006, 2008, 2010-2011 e 2016-2017. Entre 2016-2017, regista-se a queda mais acentuada do salário mínimo real ao longo dos últimos vinte anos (Figura 12).

Os dados da figura 13 foram calculados fazendo a diferença entre a taxa de crescimento nominal do salário mínimo e a taxa de crescimento da cesta básica. As estimativas feitas

³ O rácio custo da cesta básica/salário mínimo mede o número de salários mínimos que são necessários para pagar a factura da cesta básica. A sua queda representa melhorias de capacidade de compra do salário mínimo e o seu aumento a deterioração da capacidade de compra.

confirmam a tendência de erosão do salário mínimo real entre 2000 e 2019, conforme discutido anteriormente. Com algumas exceções, o período 2004-2014⁴ foi o mais prolongado de melhorias reais nos salários mínimos, dado que a taxa de crescimento do seu valor nominal superou os aumentos verificados no custo da cesta básica. O aumento dos preços verificado entre 2015 e 2017 resultou no crescimento do custo da cesta básica a taxas superiores ao crescimento do salário mínimo nominal, corroendo de forma substancial os ganhos registados nos períodos precedentes.

Figura 13: Evolução do Diferença entre as Taxas de Crescimento do Salário Mínimo Nominal e do Custo da Cesta Básica (2000-2019)



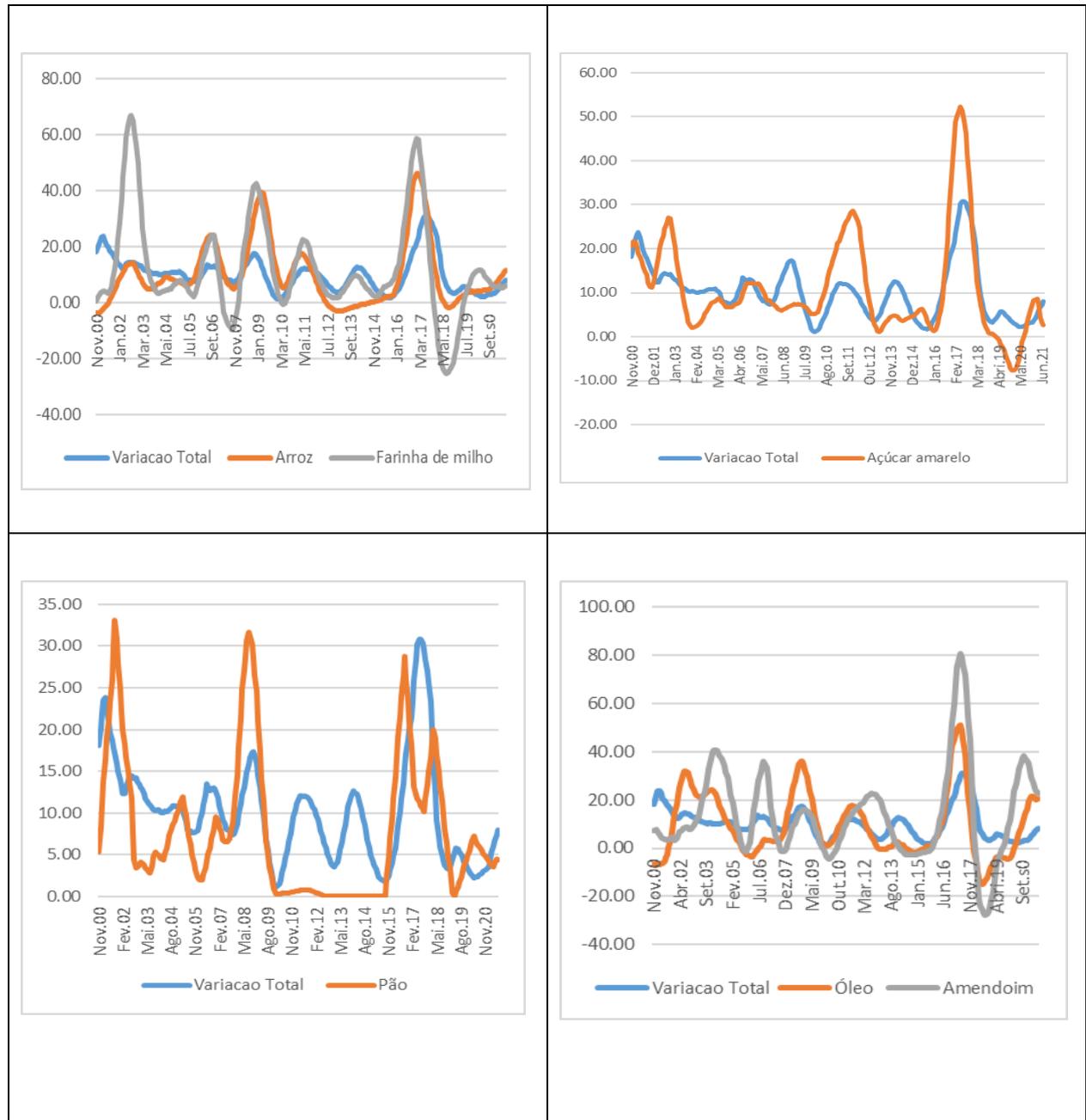
Fonte: Estimativas dos Autores

A figura 14 abaixo resume a evolução dos preços dos principais componentes da cesta básica, nomeadamente, açúcar amarelo, óleo, amendoim, arroz e farinha de milho. Estes produtos tiveram amplitudes de variação, comparativamente, menores no período 2003-2005 e 2010-2014. A remoção dos subsídios a alguns produtos seleccionados, incluindo o transporte e o pão agravou os preços de todos os produtos que compõem a cesta básica, no período 2016-2017. O preço da farinha de milho aumentou em 60,0%. O preço do pão subiu em 30,0% e o

⁴ Este período é marcado na sua segunda metade pelo crescimento do crédito líquido ao governo, do crédito à economia, aumento do investimento directo estrangeiro e do endividamento externo. Enquanto os termos de troca fossem favoráveis, Moçambique, tal como na maioria das economias da África sub-sahariana viveram momentos de melhorias reais de bem estar.

preço do açúcar amarelo aumentou em mais de 50,0%. O amendoim teve a subida de preço mais alta durante o mesmo período (Figura 12).

Figura 14: Taxa de variação mensal de Produtos Seleccionados do Cesta Básica



Fonte: Estimativas dos Autores

A flutuação dos preços dos bens arrolados na figura 14, em contextos de salários com crescimento marginal nos últimos cinco anos, teve implicações sérias sobre a vulnerabilidade das famílias moçambicanas à insegurança alimentar. Os autores deste trabalho não têm conhecimento de estudos que ligam os custos dos bens básicos aos indicadores de segurança alimentar ou explicam como as famílias moçambicanas gerem os impactos de mudanças de

preços na cesta consumida. Contudo, é teoricamente, plausível argumentar que a flutuação frequente dos preços impôs um ambiente generalizado de insegurança alimentar em todas as províncias e regiões, conforme reportado na tabela 5, abaixo, retirada do relatório suplementar do IOF de 2019/2020.

Tabela 5: Percentagem de Agregado Familiar que Passaram por dificuldades Alimentares por falta de Dinheiro ou outros Meios nos últimos 12 Meses Anteriores à Entrevista

Descrição	Teve preocupação de não ter comida	Deixou de fazer alguma refeição	Ficou um dia inteiro sem comer
Total	78,4	70,1	28,2
Urbano	73,7	63,4	24,0
Rural	80,8	73,6	30,3
Niassa	71,0	63,7	26,0
Cabo Delgado	85,0	73,0	31,7
Nampula	85,0	78,0	37,9
Zambézia	77,0	71,7	28,9
Tete	70,0	60,7	25,1
Manica	72,0	74,8	32,9
Sofala	90,2	88,2	23,8
Inhambane	79,4	65,4	16,4
Gaza	75,5	64,5	19,4
Maputo Província	69,9	56,1	19,4
Maputo Cidade	72,4	59,5	21,6

Fonte: INE, 2021

Ao nível nacional, 78,4% dos agregados familiares, cobertos pelo IOF 2019/2020, declarou ter tido preocupação de não ter comida por falta de dinheiro ou outros meios nos últimos 12 meses anteriores às entrevistas. As percentagens mais altas verificam-se nas zonas rurais, o que se encontra em conformidade com os dados da incidência da pobreza absoluta. Em termos provinciais, Sofala, Cabo Delgado, Nampula e Inhambane exibem percentagens acima da média nacional de pessoas que tiveram preocupação de não ter comida nos 12 meses que antecederam à sua participação nas entrevistas do IOF.

Enquanto no grupo dos preocupados pode-se se ter pessoas com rendimentos incertos, misturados com os afectados pela flutuação do preço, não passar refeições o dia inteiro, ou não ter todas as refeições, num ambiente de elevada pobreza reflecte, sobretudo, a incapacidade de pagar os preços em vigor no mercado para assegurar o acesso a bens alimentares. Da tabela 5, destaca-se que a maioria dos agregados familiares em Moçambique não faz todas as refeições. A média nacional, neste caso, é 70,0%, sendo mais alta em Sofala. As províncias de Nampula, Manica e Cabo Delgado têm a maior percentagem de pessoas que reportaram ter ficado pelo menos um dia inteiro sem refeição, 37,9%, 32,9%, 31,7%, respectivamente. A percentagem nacional de agregados familiares que afirmaram não ter tido todas as refeições durante um dia inteiro é de 28,2%, sendo a percentagem do meio urbano de 24,0% e do rural, 30,0%. Maputo cidade apresenta uma percentagem de cerca 22,0%, acima de todas as províncias da região sul de Moçambique.

7. Conclusões

Tomando como referência o período 2000-2020, este trabalho apresentou a evolução do custo da cesta básica em Moçambique e discutiu como este custo se relacionou com a dinâmica da economia, a inflação, salário mínimo e indicadores seleccionados de bem-estar e segurança alimentar.

O valor da cesta básica passou de 3.853 Meticais em 2000 para 24.026 Meticais em 2020. O crescimento reportado do custo da cesta básica acentua-se entre 2015-2016, na sequência da degradação das condições macroeconómicas ao nível interno, incluindo a queda dos preços das matérias-primas comercializadas por Moçambique no mercado internacional. A queda destes preços reduziu o índice de termos de troca de cerca de 95,74 em 2012 para 89,67 em 2015. Durante o mesmo período, o volume do investimento directo estrangeiro cai para um pouco mais que a metade do valor mais alto atingido em 2013. A descoberta das dívidas não declaradas e o subsequente congelamento do programa de apoio ao Orçamento do Estado reforçou os impactos negativos destes dois eventos, dada a crescente expansão do crédito à economia e ao Governo, durante o período 2009-2015.

O valor da cesta básica passou de 14.460,00 Mt em 2015 para 21.795,00 Mts em 2017. Este crescimento, de cerca de 50,0%, constitui o maior aumento do custo da cesta básica em duas décadas. Os ajustamentos do salário mínimo que se seguiram foram insuficientes para repor a capacidade aquisitiva que as famílias tinham acumulado entre 2010-2014. Em termos agregados, a cesta básica custa cinco vezes mais que o preço mínimo pago pelas empresas e organizações aos serviços prestados pelos seus colaboradores. Isto significa que numa família de cinco pessoas, a soma do salário dum casal que recebe o salário mínimo cobre menos de metade das suas necessidades básicas.

Durante o período em análise, o valor da cesta básica teve o seu comportamento determinado por flutuações recorrentes nos seus principais componentes, nomeadamente, no preço do açúcar amarelo, óleo, amendoim, arroz e farinha de milho. Estes produtos tiveram amplitudes de variação, comparativamente, menores no período 2003-2015, momento de melhorias substanciais no rendimento real. A remoção dos subsídios a alguns produtos seleccionados, incluindo o transporte e o pão agravou a cesta básica, entre 2016-2017. O preço da farinha de milho aumentou em 60,0%. O preço do pão subiu em 30,0% e o preço do açúcar

amarelo aumentou em mais de 50,0%. O amendoim teve a subida de preço mais alta durante o mesmo período.

Dentro deste contexto, as estatísticas de insegurança alimentar reportadas no relatório do IOF de 2019/2020 não são surpreendentes. Cerca de 78,4% dos agregados familiares, cobertos por este relatório, declarou ter tido preocupação de não ter comida por falta de dinheiro ou outros meios nos últimos 12 meses anteriores a entrevista. As percentagens mais altas verificam-se nas zonas rurais. Em termos provinciais, Sofala, Cabo Delgado e Nampula e Inhambane exibem percentagens acima da média nacional de pessoas que tiveram preocupação de não ter comida nos 12 meses que antecederam a sua participação nas entrevistas para o IOF 2019/2020.

A maioria dos agregados familiares em Moçambique não faz todas as refeições, por falta de dinheiro ou outros bens. A média nacional, neste caso, é de 70,0%, sendo mais alta em Sofala. As províncias de Nampula, Manica e Cabo Delgado têm a maior percentagem de pessoas que reportaram ter ficado pelo menos um dia inteiro sem refeição, 37,9%, 32,9%, 31,7%, respectivamente. A percentagem nacional de agregados familiares que afirmaram não ter tido refeições, em pelo menos, um dia inteiro é de 28,2%, sendo a percentagem do meio urbano de 24,0% e do rural, 30,0%. Maputo cidade apresenta uma percentagem de cerca 22,0%, valor que se encontra acima de todas as províncias da região sul de Moçambique.

Referências

Finório, C. & Salvucci, V. 2020. Estimativas e Perfil da Pobreza em Mocambique. Uma Análise Baseada no Inquérito sobre o Orçamento Familiar-IOF 2014/2015. Maputo: Direcção de Estudos Económicos e Financeiros, Ministério de Economia e Finanças

_____. 2020b Balanço do Plano Económico e Social de 2019. Maputo: Ministério de Economia e Finanças (MEF).

_____. (2020b). Programa Quinquenal do Governo. Maputo: MEF

_____. (2020c). Plano Económico e Social e Orçamento de 2020. Maputo: MEF

_____. (Junho, 2020): Relatório de Execução Orçamental. Maputo: MEF.

_____. (Junho, 2019) Relatório de Execução Orçamental. Maputo: MEF.

_____. (Dezembro, 2019) Relatório de Execução Orçamental. Maputo: MEF.

Instituto Nacional de Estatísticas (INE), (2019). Resultados Definitivos, Censo 2017. IV Recenseamento Geral da População e Habitação. Maputo: INE

_____. 2019. Anuário Estatístico 2019. Maputo: INE

_____, 2020. Anuário Estatístico 2020. Maputo: INE

_____, 2021a. Inquérito Sobre Orçamento Familiar-IOF 2019/2020. Maputo: INE

_____. 2021b. Inquérito Sobre Orçamento Familiar-IOF 2019/2020. Maputo: INE. Estado Nutricional das Crianças Menores de 5 Anos e Percepção dos Agregados Familiares Sobre a Segurança Alimentar. Maputo: INE

Massingue, N. 2008. A Eficácia do Condicionamento da Ajuda Externa: O Caso das Privatizações em Mocambique (1990-2000). Trabalho de Licenciatura em Economia. Faculdade de Economia, Universidade Eduardo Mondlane

Marrengula, C. 2020. Relatório de Progresso do Segundo Relatório de Revisão de Moçambique (2017-2020). Governação e Gestão Económica. Relatório Submetido ao Secretariado Nacional do Mecanismo Africano de Revisão de Pares (MARF)